

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE O “MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS”

Rafael Martins de Oliveira Laguardia*

Introdução

Muito se tem trabalhado e interpretado sobre a história camponesa; diversas abordagens apresentam igualmente muitas interpretações. Muito se temeu por estas sociedades e muitas possíveis soluções foram apontadas. Economia, História e Antropologia disputam a primazia em uma interpretação mais consistente ou pelo menos que possua maior adesão nos meios acadêmicos e editoriais. Esta disputa é salutar para o exercício da dita Ciência Social, contudo é preciso maiores ações interdisciplinares que já demonstraram serem profícuas.

Neste sentido, com a temática definida sobre o “Modo de Produção Camponês”, apresentam-se importantes análises que alguns autores trabalham sobre o tema e assuntos correlacionados. Na primeira parte, têm-se algumas concepções sobre modo de produção tanto em interpretações clássicas, como a de Marx, como os mais recentes questionamentos da antropologia econômica. A partir daí entra-se nas estruturas de produções camponesas, isto é, verifica-se que não estão somente voltadas para a subsistência (por isto estruturas de produções camponesas – no plural). A segunda parte analisa as produções voltadas para subsistência, mercados locais ou externos e ambos, e ainda algumas observações sobre estes mercados e a relação do camponês com o mesmo. Na terceira e última parte, após perceber a relação da produção camponesa com o mercado, mostra-se o quão íntimo está relacionada a esfera da tomada de decisões das unidades familiares com a produção para o mercado e a subsistência.

Concluindo que a antropologia econômica, qual consideramos um esforço interdisciplinar entre história, economia e antropologia, tem apresentado resultados positivos e que estimulam mais estudos e mais debates nesta área. Propõe novas reflexões sobre novas questões relativas ao universo do camponês. Questões como a necessidade, se realmente é relevante, de enquadrar os camponeses em um conjunto de características definitivas como o

* Graduando em História na UFJF. E-mail: laguardia.rafael@ig.com.br.

faz Abramovay¹ “... são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos.”.

Produções e Camponeses

Em geral, as formas de análise histórica das sociedades basearam-se no foco que se deu à Economia Política destas. O Modo de Produção ou a forma na qual se reproduz a atividade humana em suas “relações de produção” através das “forças produtivas” (trabalho como produtor de valor) está em foco nesta Economia Política. Figura-se como característica principal o controle dos “meios de produção”. A forma de controle destes “meios” (terra, insumos, ferramentas, tecnologia etc.) definirá uma divisão social em “classes” sócio-econômicas (teoria da exploração). É inerente ao processo produtivo que haja uma relação de poder e dominação a depender da quantidade de poder que alguém possui sobre outrem e maior será a exploração sobre sua capacidade de produzir, há uma relação proporcional entre poder e exploração. Assim é a sociedade que se reproduz através do modo de produção escravista e capitalista. Para o caso do camponês parece que há um baixo grau da capacidade de exercer coerção sobre os outros membros da unidade produtiva ou outras unidades produtivas. A economia da sociedade é observada pela ótica da produção mais do que a distribuição, consumo ou mercado. Evidentemente, estes são conceitos que permitem uma interpretação de sociedades através do viés marxista. As diferenças entre estas sociedades são dadas pelas relações de produção que caracterizam junto à maneira em que se dispõem estas em diferentes modos de produção, objetivando a extração do excedente. Segundo Marx, os modos de produção da sociedade através dos tempos se ordenam em comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e comunismo², além do controverso modo de produção asiático.

Esta forma de visão pode ser dita como sendo uma daquelas que constituem o paradigma iluminista³ que interpreta a história como um processo progressivo e evolutivo do

¹ ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. Pg. 24.

² MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo, Paz e Terra. 1981.

³ CARDOSO, Ciro Flamrion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 14ª Reimpressão.

materialismo histórico e dialético. Karl Marx⁴ define o modo de produção da seguinte maneira:

*Na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade – a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o caráter geral do processo da vida social, política e espiritual (...). Em um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes, ou – o que não é senão a sua expressão jurídica – com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se convertem em obstáculos a elas. Abre-se então uma época de revolução social.*⁵

Esta concepção clássica sofreu muitas críticas com estudos posteriores como o dos adeptos do estruturalismo (o total dos aspectos econômico, político e ideológico como estrutura) de Louis Althusser, destarte a base econômica continua sendo o modo de produção. Daí deriva algumas concepções críticas, também, a esta forma de interpretação, pois a cultura e as relações sociais não estão baseadas, em última instância, em fatores determinantes econômicos ou necessariamente evolutivos⁶. A saída “ao possível reducionismo seria uma concepção de ‘formação econômica social’”. O conceito de “formação econômica social”⁷ (complexas relações entre economia, política e sociedade) que apresenta questões culturais como fabricações ideológicas passou a ser questionado também por diversos cientistas sociais de diferentes áreas com o argumento central de que a realidade não é fabricada ou modelada, mas descoberta através de processos cognitivos. Além disso, a diversidade de formas de transição para a sociedade de classe e os múltiplos caminhos em que as desigualdades são introduzidas nestas levam ao aparecimento de contradições das posições de dominação entre classes⁸. A transformação dos modos de produção não anula necessariamente as relações econômicas anteriores. Esta última noção pertencente ao marxista Godelier (este autor trabalhou com comunidades orientais) está mais próxima da noção tradicional do relativismo

⁴ Importante observar que apesar do contexto de Marx o aspecto evolutivo e seus contatos com Darwin, esse foi inovador ao criticar a escola a economia clássica chamando a atenção para o caráter social e histórico das sociedades.

⁵ BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro. Zahar. 1988.

⁶ IGGERS, George G. *La ciencia histórica en el siglo XX: Las tendencias actuales*. Trad. De Clemens Bieg. Barcelona: Labor, 1995. Apud.: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edusc, 2005. e DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à nova história**. Trad. Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992.

⁷ GODELIER, Maurice. **Formação econômico-social**. Enciclopedia Einaudi. Turim: Einaudi.

⁸ GODELIER, Maurice. *The concept of the ‘Asiatic mode of production’ and the Marxist model of social evolution*. In **Relations of production: Marxist approaches to economic anthropology** (ed.) D. Seddon. London: Frank Cass. 1978: 237-43. APUD.: ROBOTHAM, Don. *Political Economy*. In: CARRIER, James G. (org.) **A Handbook of Economic Anthropology**. 2005. Pg.41-58.

antropológico, isto segundo Robothan⁹. De forma grosseira e simplista, este é um ponto apresentado do embate dos últimos tempos entre Historicismo e Pós-Modernismo.

O problema dos modelos não é o fato de reduzir a realidade social, esta é inapreensível. Todos os estudos, de qualquer área, comprovam que o modelo é um vislumbre da possível interpretação da realidade e que é criado a partir de elementos similares formando um conjunto inteligível e didático. A partir dele muito se pode produzir. O problema é quando um modelo não dá conta de um macro aspecto da interpretação da sociedade como, por exemplo, o possível “modo de produção camponês”. Chayanov¹⁰ foi quem assim o entendeu esta forma de produção.

Apresentam-se abaixo as primeiras caracterizações do modo de produção camponês frente a um contexto de expansão do modo de produção capitalista, principalmente em áreas não-urbanas ou industrializadas, e a intensificação da exploração da mão de obra do campo para atender as demandas dos centros industriais.

Ao se deparar com esta realidade na Rússia, Lênin, Kautsky e Chayanov¹¹ buscaram interpretar o mundo rural e apresentar possíveis soluções para conter um avanço desenfreado de outras formas de produção que não abalasse a vida social. Dentre estes, o que mais atenção deu ao modo camponês de produção foi o último. De forma sintética apresenta-se a seguir seu entendimento do mesmo modo produtivo.

Aleksander Chayanov verifica na Rússia, em fins do século XIX, a existência de uma forma própria de produção, consumo e socialização com base na unidade-doméstica e na exploração da força de trabalho sem o assalariamento. Dessa forma, difere do modo capitalista de produção, ainda que para ele possa o camponês ser encontrado exercendo atividades como artesanato ou comércio. Trata-se de uma unidade que possui uma coesão devido ao fator moral de fazer parte de uma comunidade e dessa maneira garantir uma proteção econômica. Cada unidade possui uma forma de organização da divisão interna do trabalho a partir dos níveis de idade e do sexo correspondentes aos membros deste grupo. Assim, o autor apresenta que as principais características desta unidade produtiva é a busca da subsistência e reprodução da unidade. Só a partir do momento em que forem garantidas as

⁹ ROBOTHAM, Don. *Political Economy*. In: CARRIER, James G. (org.) **A Handbook of Economic Anthropology**. 2005. Pg.41-58.

¹⁰ CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925)

¹¹ Para ver mais sobre o avanço do modo de produção capitalista na forma agrária e entender seu impacto. KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972 (1899). LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899). CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

condições mínimas materiais é que a família camponesa poderá buscar a produção do excedente.

O equilíbrio da relação produção e consumo são vitais para esta comunidade e Chayanov verifica que se o número de membros da unidade aumentar e a produção não crescer proporcionalmente haverá o risco de a unidade camponesa entrar em colapso e em consequência a expropriação da propriedade da terra.

Enquanto a renda depender fundamentalmente do trabalho familiar, haverá um balanço entre a exploração deste trabalho e as necessidades de consumo da família: uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passará a ter, para a família, valor decrescente. Esta é a base teórica que permitia a Chayanov contestar a validade da lei da diferenciação social dos produtores, propondo em seu lugar uma espécie de diferenciação demográfica.¹² Este é, para o autor, o principal objetivo a ser alcançado na produção camponesa: dar conta de manter o equilíbrio entre consumo e produção e para tal, entender a equação da relação entre membros que possam trabalhar e membros que são abastecidos (trabalhadores e não trabalhadores, crianças, velhos, doentes) pelo resultado do trabalho camponês. Para este é fundamental não a produção voltada para criação de valor e destinada a abastecer o mercado com suas demandas. Verifica no estudo em uma região camponesa, em um local conhecido como *Perm*, há uma resistência destes camponeses em utilizar uma inovação industrial para trilharem cereais e economizar trabalho para o aumento produtivo. Isto não era aceito porque criaria um problema na relação entre os que trabalham e alguns membros não teriam como serem alocados em outras atividades, para que não se perdesse a organização social que existia no meio rural entre camponeses. Assim, a demanda a ser atendida é a da unidade camponesa tanto no consumo como na produção.

Chayanov vê que o modo de produção camponês com suas especificidades forma um modo diferente do capitalista devido às suas particularidades como, por exemplo, força do trabalho familiar; unidade econômica camponesa; pequena propriedade como local das atividades. Pode acontecer, para o autor, que diante de um diferencial demográfico com a capacidade produtiva da pequena unidade camponesa devido a um aumento demográfico ou então a problemas na produção/colheita, alguns de seus membros tenham de se dedicar a atividades não concentradas propriamente no meio rural, o que os tornariam artesãos ou comerciantes. Porém, apesar de sua atividade possuir um caráter evolutivo de geração de lucro e destinado ao mercado, sua busca principal é a subsistência e é esta busca que vai

¹²ABRAMOVAR, Ricardo. **O Admirável Mundo Novo de Alexander Chayanov**. Estudos Avançados 12(32). 1998. Pg. 72.

nortear a intensidade de trabalho ou o tempo de trabalho para a sua atividade. Chayanov, juntamente com seus contemporâneos (Kautsky e Lênin), entende que o modo capitalista de produção destruirá esta forma diferenciada e que a solução para os camponeses é unirem-se em cooperativas e através da dita “interação vertical”. Diferente da horizontal, que os pensadores das grandes unidades produtivas pretendiam, o modo vertical de interação poderia fazer frente à agricultura industrial voltada para o mercado capitalista. Segundo Abramovay não há em Chayanov a existência do “isolamento camponês” que outros autores preconizavam. Apesar disto, Chayanov observava o modo de produção camponês como sendo um modo não identificado por Marx, tal como o capitalismo, não entendendo, a princípio, que se tratava de uma forma coadjuvante diante do último.

Acima não estão todas as formulações de Chayanov, apenas alguns dos pontos importantes a serem pensados sobre o modo de produção que ele identifica. Posteriormente, a historiografia apresentará críticas a muitos pontos, porém o que mais se destaca é que Chayanov colocou no mesmo nível o modo de produção camponês e o modo de produção capitalista e necessariamente o primeiro seria consumido pelo segundo como já mencionado¹³. Atualmente, a concepção acerca do modo de produção camponês é vista como um modelo subordinado a um modo dominante, como o do capital.

Ciro Flamarion, ao contribuir com a problemática camponesa, apresenta os elementos que melhor o define¹⁴:

1. Autonomia da gestão da unidade produtiva (o que não significa necessariamente a existência da categoria da propriedade privada do solo, mas sim o domínio sobre todos os meios de produção indispensáveis ao processo de produção);
2. Gestão essencialmente – mas não exclusivamente – familiar da unidade de produção;
3. Economia de subsistência fundamental, mas não exclusiva.

Esta análise de Ciro encontra obstáculos na área da antropologia econômica. Segundo Mark Harris, qualquer tipo de modernização adquirida pelos camponeses, por parte de alguns autores, pode ser uma afronta ao “modo de produção camponês”. Ver-se-á isto mais a frente.

O “modo de produção camponês” pode ser entendido, a princípio, não como uma forma isolada que compete com o modo capitalista ou escravista de produção. Sendo capaz de coexistir, pois o camponês pode se comportar ora como um agente econômico de mercado,

¹³ Remetendo a concepção clássica de um “fatalismo histórico” criado pelas escolas de pensamento do XIX.

¹⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas**. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará-FAPERJ, 2002, pp. 19-38.

ora como um agente econômico comunitário. É possível pensar (e existem estudos neste aspecto¹⁵) que os camponeses em sua forma de produção possam recorrer ao mercado local e interno para venda do seu excedente ou a compra de determinados bens que podem ou não serem necessários para a própria condição da reprodução material. O camponês tendo, por exemplo, uma colheita de milho maior do que se previa ou a redução quantitativa daqueles que é provida nesta unidade familiar (seja por morte ou outras relações sociais que desobriguem a manutenção logística de alguns membros) se depara com um problema e precisa recorrer a outros mercados (fugindo à esfera do mercado local). Ou mesmo uma pressão externa. Isto porque o excedente de milho pode não ser absorvido pelo mercado local, pois os meios naturais de que dispõe para a produção de milho são compartilhados com a vizinhança camponesa devido a diversos fatores tais como condições naturais, a utilização das mesmas técnicas e o acesso as informações tradicionais. Isto torna o processo competitivo inexistente devido à ampla igualdade de condições e informações para a produção que são socialmente compartilhadas, existindo até mesmo a ajuda no período do plantio ou da colheita dos camponeses vizinhos a esta unidade familiar, uma troca de força de trabalho. A ajuda mútua constitui no que Polanyi muito bem identificou como reciprocidade em uma relação social não voltada para o mercado, além do processo de redistribuição como o excedente de milho. Isto porque esta sociedade não é uma sociedade de mercado, é uma sociedade de unidades familiares. Bem definido por Shanin, esta é uma comunidade de mesa antes de ser uma comunidade de sangue ou patriarcal¹⁶

*una unidad doméstica campesina rusa estaba compuesta, en la mayoría de los casos, por familiares consanguíneos de dos ou tres generaciones. Sin embargo, la condición básica para convertirse en miembro de la misma no era el vínculo de sangre, sino la participación total en la vida de ésta, o, en expresión de los campesinos, ‘comer del mismo puchero’.*¹⁷

Para que não se perca a produção, este camponês deve recorrer a um mercado maior. Os camponeses podem fazer incursões em outras formas de produção de forma esporádica e efêmera. Assim, a questão passa a ser também o mercado, o que torna complexa a simples relação da produção estar voltada para o mercado ou para a subsistência. Todavia, antes de entrar na análise da relação do camponês com o mercado, observar-se-á algo sobre seu possível excedente.

¹⁵ CARRIER, James G. (org.) *A Handbook of Economic Anthropology*. 2005.

¹⁶ SHANIN, T. *La clase incomoda*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

¹⁷ Ibidem. p.55.

Antes do excedente produtivo é preciso saber o que não é excedente, o que é básico e extremamente necessário. Optou-se por apresentar o que Wolf tem a dizer, apesar da vasta literatura.

Segundo Wolf (1966:15) os camponeses precisam suprir quatro fundos:

1. Calórico alimentar
2. Reposição de equipamentos e sementes
3. Cerimonial para festas e festivais
4. Cobrir endividamento referente a tributos de ordem hierárquica.

Os dois primeiros podem ser entendidos como a linha inferior das necessidades básicas, enquanto os dois últimos como linha superior das necessidades sociais, porém também básicas. Obviamente, as necessidades variam para cada comunidade no tempo e no espaço e podem possuir restrições sociais e culturais.

Há uma tendência de produção de excedente para a unidade familiar camponesa, porém pode não haver a decisão de produzi-lo ou não haver condições materiais para tal. Esta produção não está voltada propriamente para o mercado, mas para outros aspectos das atividades econômicas e cotidianas como permuta, cerimônias religiosas etc. É importante perceber, e esta comunicação sugere, que seja mais analisada a produção do excedente no sentido de que existe, em teoria, uma limitação para esta produção e que entendemos haver quatro fronteiras que impedem ou contém, a certa distância, o camponês de ingressar em um modo de produção voltado diretamente para o mercado. Ou seja, a transformação do camponês em capitalista ou proletariado não é algo inevitável.

Sem considerar inovações técnicas no campo, característica principal de muitos séculos na atividade agrícola mundial, analisam-se as fronteiras do excedente. A primeira fronteira para a inserção camponesa é a biológica. O camponês é capaz de trabalhar a um ritmo e a uma quantidade limitada, se extrapolada em prol de um excedente recorde pode levá-lo a morte diante das limitações físicas e biológicas inerentes a qualquer ser humano. O que é óbvio, mas importante de ser lembrado por haver um limite desta “auto – exploração” de uma mão de obra que não possui reposição no mercado. O ser humano não é uma máquina de produção. Como se sabe, o esforço repetitivo e exaustivo pode levar a falência muscular ou outros problemas físicos, o que impedirá até mesmo a produção básica da subsistência, comprometendo a produção necessária desta unidade familiar. É importante também ressaltar que até a produção voltada para a subsistência é por comum desgastante, sendo o trabalho uma atividade que de forma extrema inicia ao alvorecer e se encerra com o poente; a jornada de trabalho possível é a claridade do dia e o trabalho necessário a este. Agora se percebe a

segunda fronteira para a produção do excedente que é a limitação imposta pela natureza. A atividade de trabalho só é exercida, via de regra, durante o dia. A falta de luminosidade noturna gera riscos inerentes a ela (quedas, ataques de animais de hábitos noturnos e necessidade da atividade no dia seguinte), estes são maiores na relação custo benefício da produção (este viés pode ser um tanto o quanto da concepção da economia clássica, porém é uma questão de estratégia de sobrevivência no embate diário entre natureza e homem deste tipo de sociedade). Portanto, ao cair do sol não há mais o que produzir, ainda que exista trabalho a ser feito este ficará para a próxima manhã. Além deste problema básico da falta de luz, há ainda os problemas sazonais que atrapalham a lida no campo. Períodos chuvosos, secas ou de frio intenso que podem ocasionar sérios problemas com a produção e por em risco a manutenção mínima da unidade camponesa. A terceira fronteira está na decisão e na escolha do camponês, que não é uma decisão individual, mas compartilhada socialmente. Há um limite de tempo a ser dedicado ao trabalho por cada comunidade e isto pode variar de uma para outra. A existência de relações de uma comunidade ao redor da unidade familiar, que compartilha de relações sociais e culturais, pode não está restrita somente aos dias de festas, mas à atividade cotidiana. Há ainda uma quarta fronteira que pode variar de região para outra, é a limitação da área espacial destinada a produção e a forma em que esta é utilizada pelos camponeses. Quanto maior a área disponível e a liberdade em cultivá-la maior será a produção, porém retorna-se ao problema da primeira fronteira.

Após passar em revista ao limites naturais do excedente camponês não se quer dizer que este não exista, mas que estas fronteiras o mantém a certa distância do mercado. Não sendo determinantes, entretanto são condicionantes para tal atividade. Contudo, se houver um excedente o mais simples de se entender é que o camponês recorra a um mercado.

Camponeses e Mercados

O excedente ao longo da história das sociedades é distribuído e trocado em uma complexa cadeia com ampla base mercantil, originado antes do modo capitalista de produção ou sociedade de mercado, tanto em mercados locais como de longa distância. Os avanços técnicos podem ocorrer em ferramentas, armas e transportes, em geral. Mesmo assim, a posse desse excedente pode não implicar na quebra das relações comunais e desarticular a concepção de sociedade comunal estagnada. Diante do crescimento e decadência de diversos

impérios, a aldeia e a forma camponesa de produção mantiveram-se intactas (inclusive o usufruto da terra).¹⁸

Veja abaixo, com a referência à análise do Antropólogo Gudeman em seu artigo, esta complexa relação Comunidade e Economia e mercado¹⁹.

Os economistas (neo-institucionais, neoclássicos) consideram que o Homem é um agente econômico racional e individualista. Suas decisões de consumo e produção são pautadas com o interesse de maximizar seu bem-estar individual. Segundo Smith este egoísmo coletivizado cria uma mão invisível que maximiza, quando todos os homens de uma sociedade agem desta forma, os resultados do mercado.

Já os antropólogos consideram que os seres humanos são seres sociais relacionados por construções e desconstruções de relacionamentos com idiomas, mentalidades e coisas materiais socialmente compartilhadas.

A forma como se concebe o ser humano nestas diferentes concepções geram diferentes noções sobre seu comportamento no mercado e em comunidade. Assim, tomando por base econômica a concepção da Antropologia Econômica, segundo Gudeman, têm-se duas concepções de mercado igualmente às concepções acima.

Os economistas consideram o mercado mais próximo da noção de comércio impessoal. Os antropólogos com a noção de comunidade²⁰ em si engendram um mercado, porém não tão impessoal como o da primeira. Evidentemente trata-se de modelos e, portanto dotados de simplicidade explicativa. Ambas as noções podem ser distintas (mercado e comunidade), no entanto de forma complexa estão interligados. O mercado pode conter a comunidade (mercado amplo e anônimo, necessita de regras e normas registradas) ou pode estar contido na comunidade. No primeiro caso, a relação social é informal, enquanto no segundo faz parte de acordos comunitários muitas vezes formais (selados por um aperto de mão, baseados em tradições e hábitos cotidianos). O primeiro é formado artificialmente enquanto o segundo é naturalmente criado e recriado. Amplamente presente nas comunidades primitivas é a organização econômica inserida na vida sócio-cultural.

A questão, como vem sendo apresentada, já toma contornos de explicação dialética, e é o que de fato Gudeman apresenta entre mercado e comunidade. O mercado cria situações de desigualdades (riqueza, pobreza, desabastecimento alimentar ou desperdício alimentar, etc.)

¹⁸ROBOTHAM, Don. Op. cit., p. 41 – 58.

¹⁹GUDEMAN, Stephen. *Community and economy: economy's base*. In: CARRIER, James G. (org.) *A Handbook of Economic Anthropology*. 2005. Pg.94- 106.

²⁰Entende-se Comunidade como sendo pequenos grupos, famílias, tribos, aldeias ou outras organizações sociais capazes de satisfazer interesses comuns, pode estar incorporadas a comunidades maiores, possuírem fronteiras definidas ou indefinidas. Constituídas com bases em redes de relações sociais com vista a um fim em comum.

conforme a sociedade o transforma e sua economia se desenvolve, este desequilíbrio a partir das questões materiais pode transformar as relações sociais através de uma nova concepção de poder. Porém, é também capaz de criar ligações (no inverso da moeda) a partir de coisas materiais e serviços, podem melhorar a atividade econômica, saúde, padrão de vida e o que mais necessitar de mercadorias para melhoria do bem-estar.

As formulações de Karl Polanyi através da prática da redistribuição e reciprocidade são de grande contribuição aos modelos que analisam o mercado dentro da comunidade. É uma forma com a qual é plausível entender o mercado camponês. O relacionamento com a posse e propriedade é traçado a partir de conexões sociais e não somente entre a pessoa e a coisa. Gudeman sublinha a falta de um modelo que aborde o bem-estar de uma comunidade como parte da economia.

Segundo Polanyi, nem sempre existiu o mercado como regulador da vida social, e assim contrariamente ao argumento dos clássicos do liberalismo afirma que os mercados, até o século XVI, são instrumentos da vida social. Este não regula a sociedade tal como em uma economia de mercado e as pessoas não direcionam necessariamente suas atividades para este, antes o utilizam como mero acessório da vida econômica e social.

A economia de mercado precisa de uma sociedade de mercado, assim artificialmente o estado e o incremento do comércio a longa distância molda uma sociedade para um utópico mercado auto-regulável, pois este era o local da permuta em pequenas quantidades em que a recorrência era instável²¹. Se traçarmos um paralelo ao que Polanyi argumentou, ou seja, se a recorrência ao mercado era instável, também a produção para este o era. “A Grande Transformação” para Polanyi foi lançar a esfera econômica para fora das instâncias culturais e sociais, no alvorecer da civilização Ocidental; mais do que isso foi dotar a cultura e a sociedade da necessidade de mercado.

Um ponto importante que Polanyi destaca é um outro pressuposto contrário à econômica clássica, não há escassez. Shalins²² e Godelier²³ já haviam criticado a base econômica a partir da lei do valor, enquanto esta pressupõe o problema da escassez (insuficiência das coisas materiais), ou seja, os recursos são escassos e, portanto nem todos os homens terão acesso aos bens de consumo de forma igualitária. Tal fato remete ao *trade off*, eficiência ou equidade, ou seja, ou o ser humano age de forma eficiente para prover melhor os

²¹POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

²²SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: Carvalho, E. (org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

²³GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1969.

recursos naturais, no sentido de acúmulo material, ou age de forma igualitária e perde na capacidade de produção. Este conceito é caro para análise de pensadores como Adam Smith ou David Ricardo. Mais uma vez, retomando a Polanyi, este pressuposto é falso a partir dos estudos das sociedades não ocidentais, ou não mercantilistas, em sua reprodução sócio-econômica, em que se busca a reprodução material da própria vida²⁴, muito próximo ao que se pode entender como economia camponesa dentro de uma lógica simbólica. Para tal, bastam duas formas econômicas diferentes das noções de ganhos de mercado, quais sejam reciprocidade (simetria social) e redistribuição (centralidade).

Segundo Shanin, o objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência; portanto, fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar mais²⁵ (este argumento reforça a idéia da terceira fronteira limitadora da produção do excedente). Consideramos que falta a Shanin a percepção que anteriormente abordamos sobre o excedente do camponês. Evidentemente, como em qualquer produção histórica, existem críticas a qualquer tipo de produção. Portanto, Braudel o faz sobre a falta de análises históricas mais empíricas no trabalho de Polanyi²⁶.

O problema da avaliação entre economia clássica e o estilo “polaniana” vai mais longe, pois pode remeter a estereótipos. Ao se fazer uma análise pela economia clássica pode-se chegar à conclusão do atraso destas sociedades camponesas e à necessidade de sua superação em prol da eficiência de mercado tal como o progressista sistema do Atlântico Norte. Estas sociedades camponesas são atrasadas economicamente e culturalmente à margem do sistema que traz o progresso material capaz de melhor gerir os recursos naturais em seu mercado auto-regulável e trazendo por isto o bem estar social. Outro estereótipo é o que preconiza a necessidade das unidades pequenas e familiares, a conhecida economia agrícola de subsistência ou familiar. São, portanto, posicionamentos políticos bem delineados, um de direita outro de esquerda. Este trabalho sugere, ainda que de forma simplificada, que a forma de lidar com a economia camponesa é deixando-a se reproduzir, sendo que a intervenção do estado deve ser feita em questões sociais como saúde, educação e segurança. A economia deve seguir as formas que esta comunidade melhor gerencia com inovações ou não, esta deve ser uma decisão dos camponeses e não de um estado distante em relação à vida comunitária.

²⁴POLANYI, Karl. Op. Cit. passim.

²⁵SAHLINS, Marshall. Op. Cit. passim.

²⁶BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII: o jogo das trocas** (vol. 2). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

As novas concepções não trabalham o camponês como o meio caminho entre o capitalista e o proletariado, ou entre o pré-capitalismo e o capitalismo, mas como um agente independente não modelado no camponês europeu feudal, para assim buscar encontrar toda a sua heterogeneidade sem a perspectiva eurocentrista e também sem a novíssima centralidade asiática. Aqui, a crítica da Antropologia é feita para o paradigma evolucionário de que a modernização descaracterizou o camponês e que este para ser autêntico precise de um receituário de características (A, B e C), devendo estar preso às tradições passadas sem incorporar informações da sociedade, economia ou mesmo da cultura que transita de uma região para outra. O ponto central é a decisão de adotar a informação ou não. Assim, podem-se questionar, diante da heterogeneidade que a Antropologia Econômica apresenta em seus resultados, o uso do termo camponês, para cunhar outros tantos conforme a diversidade.

Para tal pergunta, uma possível alternativa é um elemento comum à vida sócio econômica camponesa que Wolf²⁷ reconheceu ser “o dilema do camponês”. Enfrentar a realidade de sua aldeia e do mundo exterior a ela, equilibrando as exigências externas e internas que em sua falta possa colocar em risco a capacidade de reprodução destas comunidades. Este é o elemento que pode caracterizar tantas quantas forem às comunidades camponesas independente da falta de similaridade entre elas em seus aspectos econômicos e culturais. Aqui Wolf parte de algo comum, porém que engloba alteridades e apresenta aspectos incomuns. Isto pode ser melhor refletido e discutido.

Mark Harris define a atividade econômica camponesa como a variação da produção para eles próprios ou para o mercado. Consomem tanto dos mercados locais como dos mercados maiores, vivem em grupos domésticos e em zonas rurais, porém às vezes migram para as cidades em busca de trabalho²⁸.

As principais abordagens acerca dos camponeses estão em posicionamentos favoráveis ou contrários às interpretações de que formam uma classe com um modo próprio de produzir e reproduzir. Há os que alegam ser uma classe distinta com um modo próprio completamente diferente dos outros que Marx enumerou (entre eles Redfield, Theodor Shanin entre outros). Há também os que defendem que este modo camponês corresponde a um sistema maior que os aceitariam em seu bojo ou os destruiriam. O sistema dominante forjou a sociedade e a economia no âmbito macro destes camponeses que os integram e pagam tributos, possuem sua garantia de posse da terra ou recorrem a seus mercados para conseguirem uma melhor

²⁷Wolf, E. 1966. *Peasants*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. Apud.: HARRIS, Mark. *Peasants*. In: CARRIER, James G. (org.) **A Handbook of Economic Anthropology**. 2005. Pg.423 - 438.

²⁸HARRIS, Mark. Op. cit. p.423 - 438.

manutenção da subsistência (Teóricos marxistas e da modernização). Com estas diferentes posições, Harris identifica em relação à sociedade seus aspectos mais centrais. De um lado está o fator cultural e de outro o fator econômico. Para o primeiro, são os laços morais que determinam as condições para a produção e a apropriação do produto diante das dificuldades internas e externas. O senso de comunidade sobressai através dos valores morais tornando o aspecto econômico secundário e é isto o que garante a perpetuação da reprodução camponesa de forma autônoma. O segundo grupo de interpretação argumenta a relevância da realidade material, o uso da terra e a forma de propriedade, o aspecto ecológico e a dívida que os camponeses adquirem. Sendo estes os principais elementos que moldam e caracterizam esta comunidade subordinada e em vias de extinção.

Harris chama a atenção para os argumentos de um grupo e outro que tem encontrado exemplos empíricos ao longo da história e que por isto nem um e nem outro são totalmente explicativos para a diversidade de comunidades camponesas em sua variação espacial-temporal. Assim, ele argumenta que eles possuem uma dupla orientação econômica tanto oferecendo o resultado de sua produção a si próprio como para outros e ao mesmo tempo.

Os resultados de Mark Harris são que as atividades camponesas não formam um modo específico de produção que o diferencia dos demais, pois os aspectos sociais, econômicos e culturais divergem de aldeia para aldeia e mesmo no interior das mesmas, tal como verifica em sua análise dos camponeses na Amazônia brasileira. O ponto a sublinhar, segundo Harris, é que nenhuma generalização teórica é capaz de ser aplicada com êxito em situações históricas e contemporâneas.

Em vez de taxonomias, a proposta são os exemplos de Wolf. Vale observar uma parte da análise que Harris faz sobre Wolf. Este apresenta que o conceito da produção camponesa é caracterizado como sendo “o camponês um produtor agrícola que retém o controle efetivo de sua terra e que almeja à subsistência, ao invés de re-investimento.” Sendo suas culturas parciais, contrapondo a noção de culturas autônomas, quando em contato com um todo cultural maior que os envolve. Wolf cria os conceitos de “Comunidades corporadas e comunidades abertas”; estas se diferem das comunidades fechadas que estão relacionadas com as inserções das formas de um mundo dominado por uma potência colonial. Já a comunidade aberta - exemplificada pelo seu estudo sobre camponeses na região cafeeira de Porto Rico - emerge como resposta à demanda por produtos comercializados no contexto do desenvolvimento do capitalismo na Europa²⁹. A comunidade aberta incorpora padrões de

²⁹Idem, Ibidem. p.423 - 438.

consumo e produção vindos do mercado externo com seus ensaios tipológicos sobre a sociedade agrária. O destaque fica para as diversidades locais e os modos diferentes através dos quais pressões externas foram resolvidas. Todavia, mais importante do que identificar um modo de produção específico ou aspectos em comum nestas formas de sociedades, é identificar as estratégias tomadas por estes camponeses no processo produtivo para garantir as condições materiais e até mesmo prosperar. “Chama a atenção para os tipos de influência que uma aldeia pode ter sobre o meio-ambiente de outra aldeia”, enfatiza a importância do estudo dos grupos que mediam a relação entre camponeses e a sociedade mais abrangente, dentro de uma perspectiva global. Para Harris, no Brasil, os camponeses da região amazônica do século XVIII e XIX formam um grupo que diferentemente dos modelos feudais não possuem uma origem comum, mas é o resultado da economia colonial extrativa³⁰. Através desta atividade, os camponeses descem o rio a barco e vendem os produtos recolhidos para garantir seu sustento (acessando um mercado local), porém esta não é a única especificidade deste modo. Segundo o autor, o que realmente interessa é a capacidade dinâmica dos camponeses de se relacionarem com a produção voltada para a exportação, respondendo às pressões externas, como no caso da extração da borracha ou para o relacionamento comercial local. Capacidade de se deslocar para outras atividades diante de alguma crise temporária na atividade econômica tradicional, ou seja, há um “hibridismo” e uma grande “flexibilidade” nas relações camponesas de produção e com o mercado local ou mundial, e este tipo de especificidade pode ser encontrado em outras comunidades camponesas, em outros lugares do mundo ou em outros períodos temporais. Esta é uma definição importante, em Harris, busca apreender o universo camponês diante de sua heterogeneidade.

A variação neste hibridismo depende da escolha do camponês que ora decide pela atividade da exportação e ora pelo mercado local. Esta decisão não está baseada somente em balizas econômicas como alta ou baixa de preços, mas principalmente em fatores sociais, de poder e cultura. A incidência de sua pesquisa em um amplo campo antropológico é que a realidade complexa engendra situações díspares que variam não apenas entre produção voltada para a subsistência ou mercado como diante dos quadros que abrangem ambas e que pode não se reduzir a uma ou outra. O desafio é entender como estes camponeses podem gerir estas situações de ausência de mercado local ou externo ou suas variações.

³⁰Harris, M. 2000. *Life on the Amazon: the anthropology of a Brazilian peasant village*. Oxford: Oxford University Press. Apud.: HARRIS, op. cit. p.423 - 438.

A Principal percepção a cerca dos camponeses é que estes podem ser constituídos em diferentes lugares e épocas. Sua realidade pode estar amplamente complexada, a ponto de uma qualificação como constituintes de um modo de produção camponês não dar conta da realidade. Isto porque podem ser encontradas comunidades camponesas múltiplas geradoras de rendimentos de subsistência e atividades produtivas, o que implica em relações de classe diferentes e com isto não podendo reduzir a unidade básica camponesa à família, mas ao agregado que esta incorpora.

Mercados e Decisões

Após perceber que as motivações econômicas não estão necessariamente ligadas a maximização de lucro ou racionalidade econômica, a antropologia direciona seus estudos para entender o que então motiva as decisões (individuais ou familiares) em relação ao mercado. Nesta parte, a base desta análise é o trabalho de Ortiz³¹ (Antropologia).

A conclusão dos trabalhos empíricos realizados por antropólogos e sociólogos é que devido ao fato dos recursos estarem concentrados na esfera de influência da família, as decisões são sempre tomadas em âmbito familiar. Ou seja, são unidades de produção e consumo.

Para analisar a capacidade de decisões para a produção ou o consumo, deve-se primeiro analisar a organização familiar e as relações de poder internamente e socialmente, o grau de autonomia e responsabilidade dos membros de acordo com a idade e o sexo, além da escala de rendimento. Evidentemente, há divergências com a análise puramente econômica em que a micro-economia preconiza a escolha racional dos homens. A racionalidade econômica pressupõe um tipo de acesso à informação de mercado que nem sempre se verifica nas decisões econômicas de algumas sociedades camponesas, e isto os levam às decisões que podem não ser as melhores no sentido da busca do lucro. Contudo, mesmo que haja esta informação, outros fatores podem levá-los às mesmas decisões tanto na esfera da produção como no consumo. As decisões podem não buscar a racionalidade do mercado, mas estar relacionadas com as tradicionais decisões passadas por gerações. Isto porque a pequena produção voltada para a subsistência não pode ser arriscada com novas formas de

³¹ORTIZ, Sutti. *Decisions and Choices: the rationality of economic actors*. In: CARRIER, James G. (org.) **A Handbook of Economic Anthropology**. 2005.

negociações, a perda desta devido a uma decisão equivocada pode comprometer a subsistência e segurança alimentar da unidade produtora. Os economistas rotulam a ênfase na produção mais do que na comercialização de “primeira estratégia de segurança”³². É importante perguntar o quanto às unidades camponesas estão prontas a reagir diante de choques ecológicos, políticos ou de mercado. A autonomia frente ao último pode lhe garantir certa segurança na questão alimentar, porém limitá-la quando diante do primeiro choque apresentado. Daí a importância de se entender aspectos culturais e capacidade de acesso à informação, bem como preferências de organização³³. Ortiz com base no que demonstra em seu trabalho,³⁴ através de análises empíricas sobre a esfera da tomada de decisões, chega à conclusão de que os agentes econômicos decidem segundo sua posição dentro da unidade camponesa e social, conforme sua identidade e autonomia, além da maximização utilitária dos rendimentos no sentido tradicional do termo. Estas questões são decididas em suas formas de consumo e produção, relacionando poder de negociação e obrigações sociais o que podem afetar as metas ou redefinir identidades.

Conclusão

Os novos questionamentos levantados pelas novas concepções históricas parecem estar vinculados a uma concepção diferente da tradicional. Enquanto a tradicional apresenta abordagens que criam um senso comum de similaridade mais específico como identidades características próprias aos camponeses e sua forma material de produzir, e o que fazer com esta produção diante do mais variado quadro de conjunturas espaciais e temporais. A outra aponta uma análise voltada para processos dissimiladores em que as concepções de senso comum estão em um plano macro, porém é capaz de perceber a heterogeneidade, hibridismos e flexibilidade ocasionada pelas conjunturas históricas e seus diversos espaços-temporais. Não se trata de encontrar a utópica concepção de verdade científica ou realidade histórica, mas apresentar interpretações que correspondam a pontos de vistas da complexidade que é o campo das Humanidades.

³²Anderson, J.R. 1979. *Perspective on models of uncertain decisions*. In *Risk, uncertainty and agricultural development* (eds) J.A. Roumasset, J.-M. Boussard and I. Singh. New York: Agricultural Development Council. Apud. ORTIZ, Sutti. *Decisions and Choices: the rationality of economic actors*. In: CARRIER, James G. (org.) **A Handbook of Economic Anthropology**. 2005. Pg.59 - 77.

³³ORTIZ, Sutti. Op. cit. p.59 - 77.

³⁴Idem, Ibidem. Passim.

Bibliografia

- ABRAMOVAR, Ricardo. **O Admirável Mundo Novo de Alexander Chayanov**. Estudos Avançados 12(32). 1998.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro. Zahar. 1988.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII: o jogo das trocas** (vol. 2). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamrion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 14ª Reimpressão.
- _____. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- CARRIER, James G. (org.) **A Handbook of Economic Anthropology**. 2005.
- CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará-FAPERJ, 2002.
- DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à nova história**. Trad. Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992.
- GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- _____. **Formação econômico-social**. Enciclopedia Einaudi. Turim: Einaudi.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo, Paz e Terra. 1981.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: Carvalho, E. (org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- SHANIN, T. **La clase incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.